

# A Fazenda Cafeeira Fluminense e a Industrialização do Brasil

SEBASTIÃO ANTONIO BASTOS DE CARVALHO



A Fazenda Cafeeira Fluminense e a Industrialização do Brasil de Sebastião A.B.de Carvalho é licenciado sob uma [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/)

1ª edição Cantagalo – RJ 2013

# A FAZENDA CAFFEEIRA FLUMINENSE E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Sebastião Antonio Bastos de Carvalho -

Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha - CEPEC



Casa Grande da Fazenda da Batalha - Cantagalo RJ - Foto CEPEC

## 1-INTRODUÇÃO

As propriedades rurais da Província do Rio de Janeiro, que, nos idos de 1860, asseguravam ao Brasil a hegemonia mundial na produção de café, constituíam combinações integradas de fazenda e de plantação, com as implicações econômicas, sociais e políticas pertinentes a esse tipo especial de organização.

Vista como um tipo especial, a fazenda cafeeira fluminense não pode ser corretamente analisada através da aplicação de esquemas que distingam e tratem de modo estanque a “plantação” e a “fazenda”, que podem ensejar uma visão fragmentária e distorcida da realidade, mesmo quando o que se pretenda seja uma análise circunscrita aos primeiros momentos da introdução do cultivo do café. A partir daí, ocorreu não uma simples superposição de estruturas produtoras

— mas um processo simbiótico que unificou os elementos da “fazenda”, com seus cultivos tradicionais de subsistência e de produtos destinados ao mercado interno (centros urbanos em expansão) e os elementos característicos da “plantação”, baseada na monocultura e voltada para o mercado internacional.

A diferenciação entre “plantação” e “fazenda” serve, na verdade, para acentuar as suas semelhanças: a) grande extensão territorial; b) marcada separação entre proprietário e trabalhador; c) sistema autoritário de governo; d) economia agrária. Quanto às diferenças, muito atenuadas no caso que estudamos, repousam basicamente nas seguintes características da “plantação”: a) produção destinada ao mercado externo; b) cultivo de um único produto. Esses dois traços assumem

proporções menores quando verificamos que a fazenda cafeeira fluminense, antes mesmo de plantar café, já exportava outros produtos, com acentuada predominância de uns poucos. Segundo Simonsen, “À medida que iam decaindo as exportações de ouro e dos diamantes, pelo porto do Rio, foram surgindo as de produtos agrícolas que, no final do século, iriam compensar em boa parte o desfalque nas exportações do metal e das pedras preciosas”...”Assim, no ano de 1777...figuram os seguintes produtos, originários da Colônia Brasileira: Arroz, azeite de peixe, couro de bezerro, cravo, pau-brasil, raízes medicinais, tabaco, goma copal, barba de baleia...” (História Econômica do Brasil, tomo II, págs. 192/193). Relewa acentuar também que toda fazenda, via de regra, se caracteriza pela ênfase em um determinado cultivo e/ou criação, não obstante sua produção seja bem diversificada. Uma roça de milho continua sendo uma roça de milho, mesmo quando existam mandiocas de permeio!...

A introdução do sistema de plantação na fazenda tradicional, incentivada pelo governo, realizou-se num contexto bastante favorável em relação a esses dois fatores: os proprietários eram homens afeitos às transações internacionais, desde a época da mineração; os escravos estavam acostumados ao amanho da terra, na labuta em suas lavouras de subsistência, sendo o café apenas mais um produto além das culturas tradicionais.

O propósito deste artigo é tentar:

1) Demonstrar que o uso do conceito “PLANTAÇÃO” tem resultado no obscurecimento de fatos econômicos e sociais relevantes à análise da evolução brasileira.

2) Ressaltar a importância da Província do Rio de Janeiro à evolução econômico-social do Brasil, assinalando especialmente que:

2.1. A importância dessa contribuição tem sido relegada ou esquecida por vários autores, provocando-se assim uma distorção no conhecimento da realidade nacional;

2.2. Ao constatarem um processo de “decadência” no Estado do Rio, os autores desviam suas análises para outras regiões, deixando de detectar fatos altamente significativos, cujo conhecimento é indispensável a uma visão correta do processo econômico-social do País.

## 2- FATORES DE DESENVOLVIMENTO DA LAVOURA CAFEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro foi o segundo Estado brasileiro no qual se plantou café (1) e o primeiro onde a lavoura alcançou um elevado nível de desenvolvimento. Para tanto, contribuíram especialmente dois fatores: a) a excelência das terras; b) a existência de uma infra-estrutura rural originalmente organizada para as atividades da mineração.

O café aclimatou-se perfeitamente nas terras fluminenses, que em poucos anos foram tomadas por extensas plantações, que asseguraram à Província a liderança nacional na produção cafeeira, desde a Independência, em 1822, até 1890, quando é suplantada pela produção paulista.(2)

As antigas propriedades mineradoras, servidas por vias de transporte (caminhos) regulares e já possuidoras de um número considerável de escravos, passaram ao cultivo do café e de outros produtos tropicais. (Simonsen, Hist. Econ. do Brasil, II, págs. 192/193). O café, como a cana-de-açúcar ou qualquer outro produto de “plantação” cultivado no Brasil, constituiu atividade econômica cuja importância merecerá sempre grande destaque. Isto não deve levar, todavia, ao esquecimento de outros produtos que deram à nossa economia uma base permanente e estável, conquanto menos expressiva.

O isolamento externo em que o Brasil permaneceu em relação ao resto do mundo, mantido por Portugal, que procurava conservar sua colônia a salvo das investidas das outras nações, e mesmo de sua concorrência à metrópole, e o isolamento interno resultante da imensidão do território, desprovido de vias de comunicação suficientes — evidenciaram, logo nos primórdios da colonização, a necessidade de se procurar estabelecer, simultaneamente à exploração de uma atividade econômica compensadora em relação ao mercado internacional, também uma agricultura de subsistência de grande porte. Assim, logo no princípio, lançaram-se as bases de uma organização econômico-social que atendia aos pressupostos de dois tipos — hoje analisados por vários autores de forma distinta — a “plantação” e a “fazenda”.

Tanto na crise da mineração como na do café, o Brasil se manteve como país economicamente viável graças à produção agrícola tradicional, que, além de atender às necessidades internas, ainda pesava nas exportações. Vejamos: ARROZ - A exportação de arroz, do Brasil para Portugal, iniciou-se no último quartel do século XVIII, pelos portos do Pará, São Luiz e Rio de Janeiro. “Do Pará, de 1770 a 1822, deve ter saído arroz no valor aproximado de 906.000

libras; de São Luiz do Maranhão, mais de 2.000.000 de libras; do Rio de Janeiro, acima de 1.000.000 de libras, no mesmo período. Não será exagero avaliar-se em 4.500.000 de libras o valor das exportações do arroz na era colonial.” (Simonsen, op. cit. pág. 205, rodapé).

MANDIOCA - “A farinha d’água, do norte, a farinha de guerra, dos bandeirantes, a farinha comum, eram todas fabricadas com a mandioca, e serviam de larga base para a alimentação nos tempos coloniais, constituindo ainda objeto de intenso comércio com a África e Portugal. Em 1796, o Rio exportou 16.684 alqueires para Pernambuco e Benguela; 15.962 arrobas de polvilho para Portugal”. (Simonsen, op. cit., págs. 204/205).

COUROS - “Não será exagero avaliar-se em mais de 100.000 libras anuais, a exportação de couro brasileiro, durante o século XVIII. Comparando-se o consumo de carne do país, o uso do gado bovino como elemento trator, o largo emprego industrial do couro e os aspectos sociais e políticos decorrentes da atividade pecuária, compreende-se o valor da contribuição anual e permanente dessa exportação e os benéficos proveitos que dela resultaram, para a formação política e econômica nacional”. (Simonsen, idem, l-pág. 264).

A exportação, em larga escala, de produtos rotulados como “de subsistência”, contraria o esquema largamente utilizado que contrapõe rigidamente a economia “de plantação” à “de subsistência”, como faz Caio Prado Júnior (História Econômica do Brasil).

No quadro sumamente simplificado desses analistas, não há lugar para importantes relações sócioeconômicas e culturais que se desenvolveram em torno dos cultivos tradicionais, que, no entanto, deixaram marcas profundas e persistentes em nosso idioma, em nossa alimentação, em nossa economia, em nossa cultura enfim, como demonstra Gilberto Freire em “Casa Grande & Senzala”, e o cotidiano dos brasileiros evidencia.

O Estado do Rio de Janeiro, por haver conhecido todos os principais “Ciclos Econômicos” da evolução brasileira (pau-brasil, açúcar, ouro, café, couro) constitui um verdadeiro repositório de vestígios dessas marcadas etapas. Suas fazendas guardam o bastante do passado para permitir-lhe a reconstituição. E nelas encontramos não só as minas de ouro abandonadas em Euclidelândia, os velhos engenhos de Campos e Paratí, os suntuosos palacetes de Cantagalo e Vassouras, mas também a continuidade dos cultivos de arroz, milho, feijão e mandioca, e da criação de gado e outros animais — que alimentaram os habitantes dali e de outros países, e continuam a fazê-lo ali e fora.

A fazenda fluminense que, num período de notável progresso, foi cafeeira, jamais deixou de ser aquela unidade diversificada quase totalmente autosuficiente, capaz de resistir às bruscas oscilações da economia, graças às bases tradicionais de sustentação. Isto só não é percebido por uma ótica unilateral, que a restringe à estreiteza de um esquema de “Plantação”, sem levar na devida conta a contribuição de outras atividades.

Demoremo-nos um pouco numa visão panorâmica dos verdadeiros testemunhos da grandiosidade desse passado que a Velha Província até hoje ostenta.

Cantagalo é um repositório vivo de um passado grandioso, que pode ser lembrado de forma tangível nos autênticos testemunhos que constituem a paisagem rural e urbana do município.

Na cidade, os prédios, do mais puro estilo colonial; nos campos, as admiráveis vivendas de suas fazendas, as formosas casas grandes, construídas na época do apogeu da cultura cafeeira, evocando o fausto e a grandeza de um período importantíssimo de nossa evolução econômico-social: a era dos barões do café, quando a fazenda, constituindo-se na unidade econômica primordial, irradiava progresso e criava cultura. Uma época que já se foi, mas que forjou em grande parte o caráter da sociedade atual.

O Palacete do Gavião, situado no primeiro distrito do Município, bem próximo à cidade, constitui talvez a mais importante construção da época, pois que, muito mais que uma casa grande de fazenda, representa a presença real naquelas terras. Sim! D. Pedro II ali esteve hospedado, tendo viajado em coche especial da Estrada de Ferro Cantagalo, admirável idealização de ANTONIO CLEMENTE PINTO, Barão de Nova Friburgo, e realização de seu filho, BERNARDO CLEMENTE PINTO, Conde de Nova Friburgo.

Antonio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, proprietário de cerca de 21 fazendas cafeeiras nos Municípios de Cantagalo e Nova Friburgo, idealizou esse plano grandioso de construir uma via-férrea interligando as suas extensas propriedades, para facilitar o escoamento da produção. Pretendia assim substituir o processo das tropas de mueres, que levavam os produtos das lavouras acondicionados em caixas, balaios e sacos, em difíceis e penosas caminhadas pelos Sertões do Macacu até o Porto das Caixas, de onde partiam para o Rio de Janeiro.....

.....



Em Cantagalo, o visitante, atento ao que de interessante e pitoresco existe para se ver, surpreende, numa síntese impressionante, o passado e o presente coexistindo.

E pode sentir o futuro que já se delinea nitidamente não só no trabalho febril que se está desenvolvendo na cidade e no campo em torno da mais nova atividade econômica local: a exploração do calcário para a fabricação do cimento,—mas também no crescente grau de conscientização de seu povo no que se refere à necessidade de preservação de seus recursos naturais, e à reativação da agropecuária, principal atividade e verdadeira vocação do município.

### 3- A PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Apesar de haver comandado a produção brasileira de café durante cerca de 40 anos, assegurando ao país a posição de primeiro produtor mundial e fornecendo-lhe a base econômica, assim como a iniciativa da industrialização — a Província do Rio de Janeiro tem aparecido, em vários textos, com a sua importância diminuída, pela ênfase colocada em outras regiões, notadamente São Paulo, que lhe arrebatou, primeiro, a hegemonia na produção cafeeira e, depois, na produção industrial. O esquecimento a que tem o atual Estado do Rio de Janeiro sido relegado, conduz a uma distorção no conhecimento da realidade nacional, pelo brusco deslocamento das análises, que deixam de perceber importantes relações econômico-sociais ocorridas no período crítico da evolução brasileira que foi a época da abolição da escravatura!

Prendendo-se a dados estatísticos rigidamente circunscritos aos limites das unidades da federação, deixa-se de perceber a mudança verificada na economia fluminense, à qual estava vinculada também a cidade do Rio de Janeiro (município neutro, porém primeiro distrito da Província) — com o deslocamento dos capitais do setor agrícola para o industrial, solução encontrada na tentativa de superação do impasse econômico-social do final do século XIX. **Aos fluminenses coube a iniciativa de empreender os primeiros passos no sentido da industrialização do Brasil.**

### 4- AUTORES IGNORAM O ESTADO DO RIO

Há vários trabalhos que colocam em plano secundário ou mesmo ignoram a importância do Estado do Rio de Janeiro. Para não nos alongarmos, limitar-nos-emos a apenas dois autores:

MANUEL DIEGUEZ JÚNIOR, em seu artigo “Land Tenure and Use in the Brazilian Plantation System”, ao referir-se às plantações de café e de cana-de-açúcar, enfatiza São Paulo e o nordeste, mencionando o Rio de Janeiro apenas de passagem. Sobre o café, diz ele: “O café, primeiramente cultivado na área do Rio de Janeiro, estendeu-se para parte de Minas e então para São Paulo. De São Paulo, espalhou-se e continua a espalhar-se até hoje por novas fronteiras, de modo que se encontra agora no Paraná”. (pág. 104). Quanto à cana, refere-se somente ao nordeste, esquecendo-se das regiões de Campos e Parati, nem sequer mencionadas.

EDGARD CARONE, em “A República Velha”, fazendo a “Geografia do Café”, informa: “...desenvolve-se a economia cafeeira nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No início da República, a plantaçao da rubiácea já se desloca para São Paulo: as lavouras dos dois outros Estados sofrem o desgaste da exaustão das terras...Na Província do Rio, a produção diminuiu de 2.229.000 sacas, em 1880, para 1.309.000 em 1889”...Em todo o capítulo, a ênfase é colocada no progresso de São Paulo e na “decadência” do Rio de Janeiro! Os leitores desses trabalhos ficam desconhecendo fatos importantes, relacionados ao café, ocorridos em território fluminense. Procuraremos suprir essa lacuna com as informações seguintes:

### 5- PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DA LAVOURA CAFEIEIRA NO RIO DE JANEIRO

Implantada entre 1727 e 1810, a lavoura cafeeira da Província do Rio de Janeiro desenvolveu-se em dois pólos: na REGIÃO OCIDENTAL DO VALE DO PARAÍBA, compreendendo os municípios de RESENDE, BARRA MANSA, PIRAÍ, VASSOURAS, SÃO JOÃO MARCOS (Distrito de Rio Claro) e PASSA TRÊS (idem), e na REGIÃO ORIENTAL DO VALE DO PARAÍBA, território da antiga Vila de SÃO PEDRO DE CANTAGALO, que na época englobava terras que hoje pertencem a vários municípios fluminenses, como: SANTA MARIA MADALENA, NOVA FRIBURGO, BOM JARDIM, CORDEIRO, ITAOCARA, TRAJANO DE MORAES, e outros.

Inicialmente, foi a REGIÃO OCIDENTAL que, liderada por Resende, Vassouras, Paraíba do Sul e Valença, proporcionou a maior parte da produção. A partir de 1860, coube à REGIÃO ORIENTAL, vale dizer, a CANTAGALO, deter a hegemonia na Província, e, conseqüentemente, no Brasil.

## 6- A CONTRIBUIÇÃO DO RIO DE JANEIRO NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CAFÉ, E A BALANÇA DE COMÉRCIO EXTERIOR

A contribuição da Província do Rio de Janeiro, no decênio 1870/1880 atingiu a 60% da produção nacional, contra 25% de Minas Gerais, 10% de São Paulo e 5% do Espírito Santo. (“Delta-Larousse”, vol. 13, pág. 5849). Para se fazer uma idéia do que isto representava na economia brasileira, basta assinalar que o valor da exportação do café em relação ao valor total da exportação nacional teve o seguinte comportamento:

Períodos - Percentual

1831-1870 40%

1871-1880 66%

1881-1900 60% (sempre acima de)

(Fonte: D.L., vol. 13, pág. 5.849)

Em consequência, o comportamento da Balança Comercial do Brasil manteve-se altamente favorável, com saldos positivos, de 1868 até 1900, com exceção dos períodos de 1885/86 e 1888/1890. (“Brasil em Perspectiva” - págs. 143/4). Examinemos o quadro seguinte, para melhor avaliar a grande importância da contribuição fluminense:

### CAFÉ BRASILEIRO NO MUNDO

(% sobre a prod. mundial) 1820 - 1904

PERÍODOS	%	PERÍODOS	%
1820-29 .....	18.18	1870-79 .....	49.09
1830-39 .....	29.70	1880-89 .....	56.63
1840-49 .....	40.00	1890-94 .....	59.70
1850-59 .....	52.09	1895-99 .....	66.68
1860-69 .....	49.07	1900-04 .....	75.64

Fonte: B.P. - pág. 139

Alcançando a supremacia mundial no período 1850/59, o Rio de Janeiro manteve-a (com ligeiro declínio em 1860/69 e 1870/79) até 1890/94, quando passou a dividi-la com São Paulo, após 40 anos de liderança.

No que se refere à cana-de-açúcar, aqui mencionada apenas para mostrar o desconhecimento da realidade fluminense, basta atentar para os seguintes fatos: Em 1799, a Província possuía 616 engenhos de cana (sendo 324 em Campos) e 253 engenhos de aguardente (100 em Parati). “No começo do século XIX, antes que o café iniciasse sua carreira pela Baixada Fluminense, o açúcar e a cachaça serviam ainda de fundamento econômico. A introdução da cana caiana e o aumento do número de engenhos em Campos (400) asseguravam maior produção e exportação. A cachaça, especialmente a de Parati, era o gênero principal de permuta na Costa da África, sobretudo por negros, indispensáveis à lavoura de cana e fabrico do açúcar”. (D.L. idem, pág. 5.848).

Também Caio Prado Júnior refere-se ao Estado do Rio, ao tratar do açúcar: “A única atividade econômica de grandes regiões do País (em particular o litoral do nordeste, e a parte oriental do Estado do Rio de Janeiro), onde se concentra uma população relativamente muito densa”. (“História Econômica do Brasil”, pág. 256/ citado por Carone, op. cit., pág. 52).

## 7- A “DECADÊNCIA” DO RIO DE JANEIRO

Tendo demonstrado o problema da omissão, questionaremos, a seguir, a simples aplicação do termo “decadência” ao Rio de Janeiro, que, a nosso ver, encobre fatos relevantes, assim negligenciados.

Para citar apenas um texto:

“A decadência do Estado do Rio de Janeiro foi resultado da queda da produção cafeeira, inferior à média geral, de 1.400.000 sacas (média do período 1890-1900), da queda da arrecadação do imposto de exportação (baixa de 80% para 305 em 30 anos) e da queda da cotação do café, sem contar o monopólio da exportação pelos exportadores estrangeiros, em sua maioria norte-americanos. Em 1928, o Estado do Rio de Janeiro passaria para o quarto lugar, depois do Espírito Santo, na produção cafeeira.” (D.L. pág. 5851).

Fechando-se a análise com o termo “Decadência”, desloca-se a atenção da Província do Rio de Janeiro para a de São Paulo, onde, realmente, tanto o café como a indústria experimentaram notável impulso — mas passa-se por cima de um período crucial, exatamente aquele em que o **salto qualitativo** é realizado — ainda no Rio de Janeiro.

## 8- CONTRIBUIÇÃO DO RIO DE JANEIRO PARA A ARRANCADA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Foi na Província do Rio de Janeiro que se deu a primeira arrancada de vulto no sentido da industrialização do Brasil.

Abolida a escravatura, capitais oriundos da atividade essencialmente agrícola foram sendo empregados maciçamente em empreendimentos industriais, localizados em vários municípios fluminenses e na cidade do Rio de Janeiro, que, de 1860 a 1889, ainda que município neutro, era o primeiro distrito da Província, fazendo parte de sua representação política. (D.L. vol. 13 pág. 5.844) Segundo Rui Barbosa, ocorreu uma verdadeira revolução econômico-social (sic) conseqüentemente à abolição da escravatura. Citando estatísticas industriais, o então Ministro da Fazenda diz, em 1891: “Medido por estes algarismos o nosso progresso, teríamos de concluir que, em 18 meses, desembaraçados do cativo, andamos tanto, quanto em quase meio século sob o peso dele, e que, em menos de um ano, sob a República, nos adiantamos 50% mais do que em toda a duração do regime imperial”. (“Obras Completas” vol. 18 tomo II pág. 158).

Não fica a menor dúvida de que essas realizações eram em grande parte fluminenses, quando Rui, mais adiante, acentua: “...note-se que este cômputo não abrange as empresas, em número considerável, que, tendo a sua sede em Minas, São Paulo e outros Estados, foram lançadas e aqui localizaram as suas ações. São Paulo e Minas têm acompanhado galhardamente esse movimento, podendo-se depreender dos dados cotidianamente fornecidos pela imprensa, que os cometimentos organizados nesses dois Estados elevariam a porcentagem supra-estabelecida a 500 ou 550%” A porcentagem mencionada pelo Ministro da Fazenda referia-se ao crescimento do capital empregado em empreendimentos industriais, após a abolição da escravatura, acusando o seguinte comportamento:

“Nos 18 meses seguintes a 13 de maio, de..... 97.64%

“Nos 11 subseqüentes a 15/11/1889, de..... 278.78%

“Nos 29 meses de 13/05/88 a 20/10/1890, de..... 376.78% (Fonte: idem, pág. 159).

Com o advento da República, passando a Cidade do Rio de Janeiro a constituir o Distrito Federal, suas estatísticas foram separadas das fluminenses. É por isso que, em 1907, a estatística de produção industrial por Estados apresenta o Estado do Rio em quarto lugar (207 estabelecimentos), abaixo do Rio Grande do Sul (314), São Paulo (326) e do Distrito Federal (662), (CARONE, “A República Velha” - pág. 77), quando, para ser retratada fielmente a realidade econômico-social, os dados do Distrito Federal e do Rio de Janeiro deveriam aparecer em conjunto, ou sejam, 869 estabelecimentos industriais - mais de duas vezes e meia o total de São Paulo (segundo colocado).

Esse resultado globalizado traduziria em números a íntima relação há muito existente entre a Cidade do Rio de Janeiro e o interior fluminense, indicada por vários fatos, dentre os quais a manutenção, por parte dos Barões do Café, de duas residências, uma lá e outra cá. (Cf.: D.L. - vol. 13, pág. 5.850 - referindo-se a Bernardo Clemente Pinto, Conde de Nova Friburgo: cf., também TAUNAY, op. cit., pág. 118, sobre o mesmo).

Graças em grande parte aos investimentos fluminenses, aplicados à indústria, o Brasil possuía, em 1889, 87 estabelecimentos têxteis (CARONE, op. cit. pág. 75).

Da relação de fábricas de tecidos e outras, existentes no Relatório do Ministro da Fazenda — 1891 — consta como possuidora do maior capital, a PETROPOLITANA (4.000:000\$). Outras empresas cujas razões sociais denunciam a procedência da Província do Rio de Janeiro, aparecem sob os vários títulos da relação: BANCOS - “Fluminense” - Engenhos Centrais: “Agrícola de Campos”, “Pureza”, “Quissamã”, “Parati”, “Difusão Guapimirim”; Estradas de Ferro - “Barão de Araruama”, “Macaé e Campos”, “Maricá”, “Resende e Bocaina”, “União Valenciana”, “Ind., Lav. e Viação de Macaé”, “Teresópolis”, “Vassouras, Pati do Alferes e Petrópolis “Cabo Frio”; Navegações - “São João da Barra e Campos”, “Cantareira e Viação Fluminense”; Seguros - “Argos Fluminense”; Fábricas de tecidos e outras - “Pau Grande”, “Petropolitana”, (já referida), “Indústria Fluminense”, “Moinho Fluminense”, “Tecelagem Fluminense”, “Calçado Fluminense”; Companhias diversas: “Carruagens Fluminenses”, “Mercado Niteroiense”, “Melhoramentos Urbanos de Niterói”, “Melhoramentos da Cidade de Petrópolis”, “Evônias Fluminenses”, “Lavanderia Fluminense”, “Progresso Industrial de Cabo Frio”, “Editora Fluminense”, “Tanoaria Fluminense”. (RUI BARBOSA, op. cit., págs. 151/157).

A relação de Rui Barbosa não indica os municípios em que as empresas estavam localizadas. Isto nos impede de relacionar como fluminenses aquelas que o sendo, não deixam o fato evidenciado em suas razões sociais, o que poderia ter sido averiguado através de uma pesquisa que não empreendemos por julgar suficientes à comprovação de nossa hipótese os fatos já aqui alinhados. As próprias palavras de Rui, transcritas algures neste trabalho, deixam claro que o movimento responsável pelo surto de industrialização do Brasil foi liderado pelo Rio de Janeiro, esforçando-se São Paulo e Minas Gerais, galhardamente, por acompanhá-lo.

Acreditamos haver demonstrado também que a utilização do esquema de Plantação, assimilado de autores estrangeiros, levou alguns nacionais a dedicarem insuficiente atenção à chamada Lavoura de Subsistência, contrapondo-a à Grande Lavoura, o que resultou na omissão de fatos importantes.

Outro ponto destacável aponta distorções que ameaçam aqueles que se prendem na análise econômico-social, à rigidez dos limites das divisões políticas dos Estados—quando vários fatores muito mais relevantes os estão unindo.

## 9- BIBLIOGRAFIA

9.1. BARBOSA, RUI - "Obras Completas" - Relatório do Ministro da Fazenda - vol. XVIII, tomo II - Rio de Janeiro, 1891.

9.2. BECKFORD, GEORGE L. - "Persistent Poverty" - Ed. Oxford University Press, N.Y., 1972.

9.3. CARONE, EDGARD - "A República Velha" (2a. Ed.) - Difusão Européia do Livro, S.Paulo, 1972.

9.4. DELTA-LAROUSSE - Enciclopédia - vol. 13, 1972.

9.5. DIAS, ACÁCIO FERREIRA - "Terra de Cantagalo" - Ed. Diário Oficial do Est.do Rio de Janeiro - Niterói, 1942.

9.6. DIEGUEZ JÚNIOR, MANUEL - "Land Tenure and Use in the Brazilian Plantation System" - N.Y.

9.7. HASENBALG, CARLOSA. - "Peasant Movement in Latin America" - University of California, 1971 - mimeo.

9.8. PINTO, VIRGÍLIO NOYA - "Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX" - in "Brasil em Perspectiva" - Ed. Dif. Europ. do Livro, S.Paulo, 1969.

9.9. PRADO JUNIOR, CAIO - "História Econômica do Brasil" - Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1972.

9.10. SIMONSEN, ROBERTO C. - "História Econômica do Brasil" - tomos I e II, Ed. Cia. Ed. Nacional, S.Paulo, 1944.

9.11. TAUNAY, AFFONSO E. - "Pequena História do Café no Brasil" - Ed. Departamento Nacional do Café, Rio, 1945.

9.12. FREYRE, GILBERTO - "Casa Grande & Senzala" - Ed. J. Olimpio - Rio, 1946.

### NOTAS:

1) "Francisco de Melo Palheta trouxe de Caiena as primeiras sementes para o Pará, em 1723..." João Alberto Castelo Branco transportou, em 1770, as primeiras mudas para o Rio de Janeiro, e dali se espalhou a cultura para o vale do Paraíba e sul de Minas". - SIMONSEN, Hist. Econ. do Brasil, tomo II, pág. 211.

2) Cf.: Enciclopédia Delta-Larousse - vol. 13, pág. 5.849 - ed. 1971. Também: TAUNAY, "Pequena História do Café no Brasil" - Ed. do Depart. Nacional do Café - Rio de Janeiro, 1945 - págs. 50/51.

---

(Trabalho realizado no Programa de Mestrado em Sociologia do IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Faculdade Cândido Mendes - Rio de Janeiro, 30 de julho de 1974.)